



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA  
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE  
CURSO DE ETNODESENVOLVIMENTO**

**NEIVA DOS SANTOS GOMES**

**PROJETOS DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL E RESTRIÇÕES AO  
ACESSO E USO DA SOCIOBIODIVERSIDADE PELAS FAMÍLIAS DA  
COMUNIDADE QUILOMBOLA FLEXINHA, MUNICÍPIO DE  
GURUPÁ, PARÁ**

**ALTAMIRA**

**2023**

**NEIVA DOS SANTOS GOMES**

**PROJETOS DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL E RESTRIÇÕES AO  
ACESSO E USO DA SOCIOBIODIVERSIDADE PELAS FAMÍLIAS DA  
COMUNIDADE QUILOMBOLA FLEXINHA, MUNICÍPIO DE  
GURUPÁ, PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na modalidade Artigo, apresentado ao Curso de Licenciatura em Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para obtenção do grau de licenciada em Etnodesenvolvimento.

**Orientadora:** Profa. Dr. Carla Giovana Souza  
Rocha.

**ALTAMIRA - PA**

**2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

G633p

Gomes, Neiva dos Santos.

Projetos de exploração florestal e restrições ao acesso e uso da Sociobiodiversidade pelas famílias da comunidade Quilonbola Flexinha, município de Gurupá, Pará / Neiva dos Santos Gomes. — 2023.

40 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Carla Giovana Souza Rocha

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira, Faculdade de Etnodiversidade, Altamira, 2023.

1. Quilombo; Manejo florestal; Comunidades tradicionais. I. Título.

CDD 634.98098115

---

**NEIVA DOS SANTOS GOMES**

**PROJETOS DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL E RESTRIÇÕES AO ACESSO E USO  
DA SOCIOBIODIVERSIDADE PELAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE  
QUILOMBOLA FLEXINHA, MUNICÍPIO DE GURUPÁ, PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na modalidade Artigo, apresentado ao Curso de Licenciatura em Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciada em Etnodesenvolvimento.

Aprovado em: 27/04 /2023.

**BANCA EXAMINADORA**

**Profª Drª. Carla Giovana Souza Rocha** (Orientadora)

**Profª Drª. Maristela Marques da Silva** (Examinadora)

**Profº Drº. William César Lopes Domingues** (Examinador)

**ALTAMIRA – PA**

## RESUMO

As transformações promovidas por projetos instalados na região Amazônica têm aumento a demanda por produtos da região, extração de madeira e mais recentemente o sequestro de carbono. Esse artigo tem o objetivo de analisar as influências do projeto de exploração florestal nas mudanças nos sistemas agroextrativistas e na sociobiodiversidade na Comunidade Quilombola Flexinha, município de Gurupá, Pará. Foram feitas entrevistas com pessoas chaves e famílias da comunidade, observação participante, além da utilização da base de dados obtida ao longo dos trabalhos do Tempo Comunidade do curso de Licenciatura em Etnodesenvolvimento. Os projetos de exploração florestal limitaram as famílias no acesso e uso da sociobiodiversidade porque degradaram a floresta, impactaram a produção agroextrativista, além de acirram conflitos internos e externos. A manutenção da sociobiodiversidade local depende da existência de políticas que evidenciem o uso dos recursos naturais de forma sustentável, e não um modelo econômico que venha alterar os sistemas agroextrativistas locais deixando rastros de destruição e conflitos e que privilegia alguns grupos sociais, enquanto destrói as possibilidades de vida a outros.

**Palavras-chave:** Quilombo; Manejo florestal; Comunidades tradicionais.

## ABSTRACT

The transformations promoted by projects installed in the Amazon region have increased the demand for products from the region, wood extraction and, more recently, carbon sequestration. This article aims to analyze the influences of the forest exploration project on changes in agroextractive systems and sociobiodiversity in the Flexinha Quilombola Community, in the municipality of Gurupá, Pará. Interviews were carried out with key people and families in the community, participant observation, in addition to the use of the database obtained during the works of Tempo Comunidade of the Licentiate in Ethnodevelopment course. Forest exploration projects limited families in accessing and using socio-biodiversity because they degraded the forest, impacted agroextractive production, in addition to stirring up internal and external conflicts. The maintenance of local socio-biodiversity depends on the existence of policies that demonstrate the use of natural resources in a sustainable way, and not on an economic model that will alter local agroextractive systems, leaving traces of destruction and conflicts and that privileges some social groups, while destroying the possibilities of life to others.

**Keywords:** Quilombo; Forest Management; Traditional communities.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	12
<b>3. HISTÓRICO DA COMUNIDADE E DOS PROJETOS DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL</b> 12	
<b>3.1 OS PROJETOS DE MANEJO FLORESTAL E O DE SEQUESTRO DE CARBONO</b> ....	18
<b>4. MUDANÇAS NOS SISTEMAS PRODUTIVOS E SOCIOBIOVERSIDADE</b> .....	25
<b>5. O SISTEMA AGROEXTRATIVISTA ATUAL</b> .....	27
<b>5.1 POTENCIAL DA SOCIOBIODIVERSIDADE E ESTRATÉGIAS FAMILIARES</b> .....	32
<b>6. CONCLUSÃO</b> .....	35
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	37
<b>ANEXOS</b> .....	40

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo foi desenvolvido no âmbito do Curso de Etnodesenvolvimento<sup>1</sup> da Faculdade de Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará (UFPA), *Campus* Universitário de Altamira, na comunidade Santa Luzia, localizada no Quilombo de Flexinha, município de Gurupá, estado do Pará.

A graduação em Etnodesenvolvimento constitui-se uma política afirmativa na modalidade de curso diferenciado fundamentado na pedagogia da alternância, destinado à inclusão de discentes originários de povos e comunidades tradicionais<sup>2</sup>. Oliveira, Parente e Domingues (2017) enfatizam que se trata de uma modalidade de ensino que busca aproveitar as vivências e os cotidianos dos educandos para construir novos conhecimentos, visando garantir a autonomia dos sujeitos e grupos envolvidos no processo de formação educacional. Para a construção do conhecimento o curso faz a articulação pedagógica entre os Tempos Comunidade (TC's) e Tempos Universidade (TU's), e analisando a partir da perspectiva de Freire (1981), é nesse momento em que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o “condicionamento de sua percepção”, pela estrutura em que se encontram, e a partir daí sua percepção começa a mudar.

E através da alternância pedagógica entre os TC's e TU's é proporcionado aos discentes o melhor entendimento da relação entre teoria e prática, e dos conhecimentos tradicionais com os conhecimentos científicos, gerando assim, o melhor aprendizado na prática da pesquisa, como enfatizam as autoras a seguir.

[...] constitui-se momento de trocas de informações entre a universidade e as comunidades, mas acima de tudo, o diálogo sobre suas experiências anteriores com a universidade, em que se sentiam apenas depositários dos estagiários da instituição que os enviava para suas comunidades e negavam os conhecimentos tradicionais dessas pessoas (PARENTE, MILÉO, 2021, p. 17).

A turma de graduação em Etnodesenvolvimento do ano de 2019 tem representação de povos indígenas como os Munduruku, Xipaia, Juruna e Apiaka, de extrativistas do Rio Xingu, Rio Iriri, Riozinho do Anfrísio e de Gurupá, agricultores de Porto de Moz e de Altamira (Projeto de Assentamento Assurini), quilombolas de Gurupá e Salvaterra, pescadores de Soure, da

---

<sup>1</sup> O Curso de Etnodesenvolvimento é política afirmativa voltada à inclusão socio acadêmica de representantes de povos e comunidades tradicionais, visando formação em nível de graduação que os habilitem para exercerem múltiplas funções de gerenciamento e intervenção qualificada junto às instâncias político-territoriais dos grupos de pertença (OLIVEIRA, BELTRÃO, RIBEIRO, 2013).

<sup>2</sup> Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (inciso I Art. 3º Decreto 6.040 / 2007).

localidade de Belo Monte do Pontal e de Senador José Porfírio. Uma mistura de saberes e conhecimento de várias regiões do estado do Pará, através das comunidades tradicionais e povos indígenas.

Como discente dessa turma, tenho como objetivo buscar conhecimentos para melhor contribuir no etnodesenvolvimento de minha comunidade e do meu povo da região quilombola de Gurupá. E com isso, proporcionar a mim e à minha comunidade, o conhecimento de sua história através de nossos antepassados, entendendo como viviam, quais os costumes e crenças e buscar soluções com a coletividade para as problemáticas levantadas.

O município de Gurupá está situado no estuário do Rio Amazonas, na chamada “Região das Ilhas”, no Estado do Pará. Conta com uma população estimada em 34.127 habitantes (IBGE, 2021), dos quais 70% ainda residem no meio rural, dedicando-se principalmente às atividades como pesca artesanal, extrativismo e agricultura. A rede hidrográfica é a principal via de comunicação do município com as regiões vizinhas, e também entre a cidade de Gurupá e as comunidades ribeirinhas. Esta rede é formada pelo próprio Rio Amazonas, seus canais e furos.

A sede municipal localiza-se a cerca de 24 horas de barco de Belém e a 12 horas de Macapá. Cerca de 70% da área do município de Gurupá é considerada várzea, sendo, portanto, sujeita ao movimento sazonal e diário do nível das águas, situação comum em todo o estuário do Rio Amazonas. Uma parcela menor do território, cerca de 30% é considerada terra firme. A região de várzea é formada por um aglomerado de ilhas cuja vegetação original é a Floresta Amazônica (Floresta Ombrófila).

Os modos de vida e a sustentabilidade dos sistemas agroextrativistas das populações tradicionais estão intimamente ligados ao uso dos recursos florestais (exploração madeireira, extração do açaí em fruto e palmito, pupunha e óleos vegetais), caça e pesca, além da agricultura, na qual destaca-se o cultivo da mandioca, ou seja, usufruem da sociobiodiversidade construída ao longo de suas experiências em seus territórios (IEB, 2011, p. 14-15).

Para melhor entendermos esta relação entre biodiversidade e os sistemas agroextrativistas das populações tradicionais usaremos um termo considerado novo mais com muitos significados e que vem ganhando cada vez mais espaços nos debates e na defesa do território de povos e comunidades tradicionais a sociobiodiversidade.

Para isso a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), redigida em 1992 e ratificada em 1993, destaca a necessidade da conservação da biodiversidade, a partir da manutenção dos processos biológicos essenciais, da preservação da diversidade genética (inter e intra espécies) utilização sustentável de espécies e ecossistemas (DIEGUES, 2005).

No caso do Brasil, considerado um país mega diverso por conter 22% da biodiversidade vegetal do planeta (BRASIL, 2009), além de outras espécies animais, também existe uma mega diversidade sociocultural, representada por mais de 200 povos indígenas e populações tradicionais, que possuem amplo conhecimento sobre o mundo natural, possibilitando o manejo de espécies da flora e da fauna e a conservação das áreas onde vivem (DINIZ; CERDAN, 2017, p. 6).

Diegues (2005, p. 307) define etno-bio-diversidade como sendo “a riqueza da natureza da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a, mas de nenhuma maneira selvagem e intocada”. Assim, ao considerar que a biodiversidade está relacionada tanto ao domínio natural quanto cultural pelas populações humanas, se estabelece uma nova etnociência da conservação, em que os inventários de etnobiodiversidade devem ser participativos e tenham a anuência e cooperação das populações tradicionais manejadoras da biodiversidade (DINIZ; CERDAN, 2017, p. 6).

Considerando esta ideia de etnobiodiversidade, entre 2006 e 2008, uma comissão interinstitucional de profissionais ligados a diferentes organismos e instituições, sob a coordenação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), do MMA, se reuniu para desenvolver políticas de promoção dos produtos e serviços de populações tradicionais, com foco no potencial econômico desses produtos como uma estratégia de desenvolvimento para diversas comunidades rurais brasileiras.

Nesse contexto reaparece a discussão sobre a sociobiodiversidade, e conforme essa ideia, as políticas seriam criadas para as populações que vivem da biodiversidade, de acordo com suas formas tradicional de viverem que preserva, e ao mesmo tempo tiram seus sustentos da diversificação agroextrativista.

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPCPS) também explica que a sociobiodiversidade é um “conceito que expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais” (BRASIL, 2009, p. 6). Dessa forma, as medidas para a conservação ambiental incorporaram, também, práticas e saberes de indivíduos que mantêm uma interdependência tanto econômica quanto cultural dos elementos da natureza que os rodeiam, (LIMA; CARDOSO JUNIOR; LUNAS, 2017, p.45).

Diegues *et al.* (2000) afirmam, ainda, que a sociobiodiversidade não pertence apenas ao mundo natural, mas também ao cultural e social. Portanto, as espécies são objeto de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria para as sociedades modernas (CONAB, 2020, p. 7).

O território Quilombola de Gurupá tem uma área de 83.437, 1287 hectares, outorgado em 20/07/2000 pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e conta com 12 comunidades. Esta conquista se deu através de muitas lutas dos movimentos sociais, sendo que os principais parceiros das lideranças comunitárias foram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá e a Igreja Católica. As comunidades são representadas pela Associação dos Remanescentes de Quilombo de Gurupá (ARQMG), e através dela foi negociado o projeto de manejo florestal e atualmente, o de crédito de carbono.

Por ser um território titulado e de expressiva biodiversidade na fauna e flora, essas áreas são vistas e desejadas por grandes empreendimentos, tais como, madeireiras, e agora mais recente pelas empresas que trabalham com a comercialização de sequestro de carbono que desejam usufruir dessas riquezas protegidas, devido à valorização da sociobiodiversidade pelo trabalho que as famílias têm realizado para preservação da natureza.

No ano de 2010 a empresa madeireira Hadex Comercio e Indústria de Madeira Eireli, localizada em Benevides, e se instalou no território quilombola de Gurupá com objetivo de realizar o “manejo florestal”, algo novo com oferta de recursos financeiros “rápidos”. A oferta passou a dividir a opinião de lideranças muitas eram a favor e a outra metade era contra devido ao dano que a retirada da madeira ia causar ao meio ambiente. Nesse contexto, com o apoio da maioria e da direção da ARQMG, a empresa iniciou a extração da madeira no território quilombola de Gurupá. Foi assinado o contrato com a associação que representa as comunidades por dez anos, período suficiente para extrair a madeira de todas as dozes comunidades.

Nesse sentido, as pessoas passaram cada vez mais a dependerem desses empreendimentos devido ao retorno econômico “rápido”, deixando seus principais meios de sobrevivência, como a agricultura e o extrativismo, e passaram a depender economicamente de empreendimentos que exploram a natureza e causam impactos ambientais negativos.

Nesse sentido, a proposta vem atender à uma demanda identificada desde o primeiro TC do curso de graduação em Etnodesenvolvimento que tinha como objetivo gerar dados sobre aspectos familiares, sociais, econômicos, religiosos e culturais da comunidade.

Neste contexto, identificou-se que por meio da exploração da madeira, entre os anos 2010 e 2020, foram abertas estradas dentro do terreno das famílias, o que por um lado facilitou o escoamento da produção dos agricultores, mas, por outro lado, passou a ser problema e motivador de conflitos socioambientais<sup>3</sup>, principalmente devido às invasões de pessoas da

---

<sup>3</sup>Para Souza e Milanez (2016, p. 4) “os conflitos socioambientais seriam aqueles que derivam das disputas entre os diferentes grupos humanos pelo acesso aos recursos naturais ofertados pela Terra”.

cidade e de outras comunidades nas terras dos moradores do território quilombola, para consumir os recursos naturais, realizar caçadas, derrubar as árvores para serragem, e outras ações predatórias.

Também se pode verificar que esses empreendimentos econômicos que visam a exploração dos recursos naturais locais, passaram a ser questionados pelos comunitários por deixarem um rastro de exploração predatória e de repartição injusta dos benefícios, o que levou à desconfiança quanto à entrada de outros empreendimentos. Outro ponto importante a ser enfatizado em relação ao projeto de exploração madeireira, por exemplo, é que o mesmo não contribuiu com a valorização da sociobiodiversidade para a manutenção da comunidade e muito menos valorizam os saberes tradicionais.

Contudo sabemos que o uso dos recursos naturais na perspectiva do crescimento econômico desigual se intensifica com o crescimento de demandas por bens e serviços no capitalismo de consumo desenfreado. Com isso, é possível perceber que o crescimento econômico causa cada vez mais impacto ao meio ambiente e, principalmente, para aqueles que dependem desses recursos para suas sobrevivências. No entanto, sabemos que trabalhando o manejo dos recursos naturais de forma sustentável pode gerar economia e desenvolvimento para a população, tanto rural quanto urbana, diminuindo os impactos socioambientais.

Para desenvolver a argumentação foi definido o foco no papel capitalista das atividades empresariais desenvolvidas na região quilombola de Gurupá/PA, especificamente na comunidade Flexinha. Refiro-me aqueles empreendimentos dedicados exclusivamente a retirar recursos naturais, como o corte de árvores em florestas nativas, coletas de bens vegetais e mais recentemente os estoques naturais, sem manipulação reprodutiva ou processamento industrial, os chamados REED+. A intenção é mostrar o potencial produtivo dos sistemas agroextrativistas na comunidade e o quanto essas empresas podem impactar a sociobiodiversidade da mesma.

A partir do entendimento que esses empreendimentos florestais implantados no território quilombola impactaram no uso da sociobiodiversidade das áreas pelos comunitários, esse trabalho tem como objetivo geral analisar as influências do projeto de exploração florestal nas mudanças nos sistemas agroextrativistas e na sociobiodiversidade na Comunidade Quilombola Flexinha, município de Gurupá, Pará. E os objetivos específicos são: caracterizar o sistema agroextrativista atual; identificar as principais mudanças no sistema produtivo das famílias da comunidade e sua relação com o projeto de exploração madeireira; caracterizar o uso atual dos produtos da sociobiodiversidade e as estratégias das famílias para sua conservação.

## **2. METODOLOGIA**

Inicialmente foi realizada a pesquisa bibliográfica, para a base teórica e fundamento sobre as temáticas da sociobiodiversidade, conflitos territoriais, sistemas agroextrativistas e projetos na Amazônia.

Parte das informações que serviram para compor o histórico da comunidade, como as narrativas sobre as mudanças no sistema agroextrativista, veio dos meus relatórios de Tempo Comunidade do curso de Etnodesenvolvimento (GOMES, 2019; GOMES, 2020), assim como, anotações do caderno de campo de conversas informais com lideranças da comunidade.

Também foram utilizadas informações oriundas de entrevistas com lideranças locais que contribuíram para montar a história da entrada das empresas de manejo florestal e de sequestro de carbono, temática que constituiu o plano de pesquisa de iniciação científica no qual atuei como voluntária (PIVIC-UFPA) e depois como bolsista (PIBIC-UFPA).

Para desenvolver os objetivos do artigo, se fez uso de método qualitativo, e para obtenção dos dados foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas. Também foi utilizado a observação participante e a vivência como pesquisadora, proporcionando os subsídios necessários à análise da situação. As pessoas entrevistadas serão chamadas de colaborador ou colaboradora da pesquisa, representadas pelo termo e as iniciais do nome.

## **3. HISTÓRICO DA COMUNIDADE E DOS PROJETOS DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL**

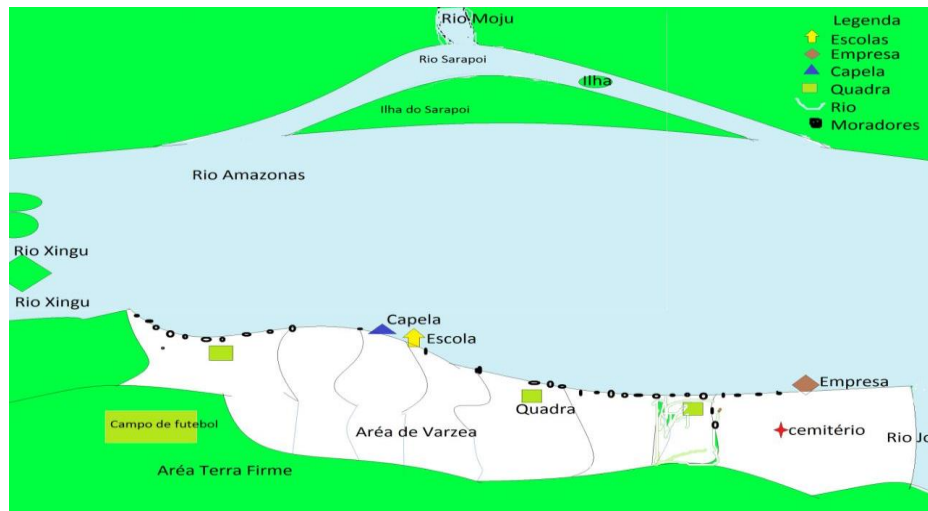
A comunidade Santa Luzia do Flexinha fica situada no território quilombola do município de Gurupá, Estado do Pará, a cerca de 23 km de distância da sede, à margem direita do Rio Amazonas, próximo à entrada do Rio Xingu. Para quem se desloca subindo o rio Amazonas, a mesma está entre as comunidades Nossa Senhora de Nazaré do Jocojó e Bom Jesus na foz do rio Xingu (Figura 1). Brito (2018) estimou que na comunidade existiam 40 famílias, totalizando 179 pessoas.

O acesso a esta localidade se dava somente por via fluvial, mas, a partir do ano de 2018, com a extração de madeira na comunidade, foram abertas estradas dando acesso por via terrestre, no entanto, poucas pessoas utilizam este meio. Assim, o principal meio de locomoção continua sendo pelo rio, e leva entre uma a uma hora e meia de catraia<sup>4</sup> e 2 horas de barco, a depender muito da potência do motor e do tipo de embarcação.

---

<sup>4</sup> Catraia é uma embarcação fluvial de madeira movida a motor do tipo rabeta, utilizada na comunidade para diversos fins com a pesca e transporte de pessoas.

Figura 1. Croqui da Comunidade Flexinha, Território Quilombola de Gurupá



Fonte: Robson Costa (2020)

Foi dado o nome de Santa Luzia devido ser a santa venerada por uma família de moradores, uma das famílias mais antigas desta comunidade. Nome este devido à uma promessa feita pela matriarca da família à santa, como Brito (2018) evidencia:

A família do senhor João Badu, desde muito tempo, antes de formar a comunidade, já festejava e louvava à Gloriosa Santa Luzia, devido uma promessa de sua mãe. Quando jovem, estava brincando e sofreu um acidente de um espinho que furou seu olho, então, ao chegar em sua casa, sua mãe, ao vê-lo naquele estado, fez uma promessa: se a gloriosa Santa Luzia não deixasse seu filho perder sua vista, e quanto vida e saúde tivesse, todo ano mandaria rezar uma ladainha, no dia 13 de dezembro. João Badu ficou bom de sua vista e daí em diante sempre se festejou Santa Luzia, que após a fundação da comunidade do Flexinha passaram a celebrá-la, tornando-se a padroeira do lugar (BRITO, 2018).

Não se sabe exatamente quando iniciou a ocupação desse território pelas pessoas negras que fugiam da escravidão. Uma colaboradora e moradora antiga da comunidade expôs o que seu pai encontrou quando chegou nesta localidade no início da década de 1960.

Cheguei neste lugar no ano de 1963, meu pai comprou esse terreno e nós viemos pra cá, esse pessoal que morava nessa enseada (perto da boca do Xingu) era um pessoal bem moreno, bem moreno mermo, muito pobre eles eram, e só trabalhavam na roça; o pessoal que morava aqui o trabalho deles era só roça; o papai comprou o terreno de um velhinho que morava aqui nesse terreno (colaboradora M.L, 2020).

Nesse período, os meios produtivos eram baseados na exploração das áreas de várzeas para a extração de madeiras conhecidas popularmente como virola, andiroba, moratinga, assacu, samaúma, também se faziam a extração do látex das seringueiras e os roçados para o cultivo de milho, arroz, feijão e jerimum. Nessa época pouco se utilizava a terra firme, as famílias apenas faziam pequenas roças e extraíam algumas espécies de madeira como a sucuúba, esponja, pará-pará, marupá e itaúba e outros produtos da floresta como as caças, cipó e breu. Geralmente a produção era para o consumo da família e para trocar com produtos que aqui não produziam. A mão de obra era familiar e as roças eram feitas de forma manual com

uso de terçado e machado, e para o beneficiamento da madeira eram utilizados os chamados serrotões.

As formas de relação social e de produção nessa época era mediada pelos patrões<sup>5</sup> através de um sistema popularmente conhecido como aviamento. Esse sistema consistia na troca de bens de consumo e instrumentos de trabalho fornecidos pelo comerciante e proprietários da terra pelos produtos do agroextrativismo, na qual os trabalhadores ficavam em situação de endividamento e dependência dos “patrões”. Esse sistema foi apontado por Wagley (1988), na década de 1950 e por Weinstein (1985), como um elemento estruturante e dinamizador das relações sociais da Amazônia. E permaneceu por dezenas de anos no município de Gurupá até as organizações comunitárias serem formadas e contestarem tal relação.

As pessoas viviam como nômades, não tinham paradeiro fixo, pois a terra por aqui já tinha um “dono”, suas vivências eram baseadas conforme a época dos plantios temporários como o milho, feijão, arroz, da extração da madeira e do látex extraído das seringueiras.

A partir de meados da década de 1960, as famílias começaram a se fixar, ou seja, construírem suas casas e praticamente não saíam por longos tempos, e assim, surgiram as casas definitivas ao longo do rio e o trabalho ficou mais individualizado por família.

As famílias viviam com a cultura implantada pelos patrões de só produzirem o que era de importância para o consumo direto dos mesmos, portanto, a maioria da produção era de lavouras temporárias (anuais), e acreditavam que não adiantava produzir em alta escala já que não tinha mercado, pois, o patrão não comprava tudo e nem deixava vender para outro. Assim, achavam que não adiantava plantar lavouras permanentes, pois, se caso a pessoa fosse expulsa da terra ficaria tudo para o patrão.

Segundo os colaboradores, havia muita fartura porque existiam várias espécies de animais silvestres que constituíam os principais alimentos das famílias, como: paca, tatu, cutia, porco, veado, jabuti, anta. A caça era encontrada com facilidade e muitas vezes chegava a estragar devido não terem como conservar. Também existia abundância de peixes no rio: chimé, dourada, filhote, mandubé, sarda, mapará, pacu, tambaqui, piranambu, pirapitinga, jau, pirarara, surubim e nos igarapés, aracu, traíra, cara-açu, jiju e as principais criações eram: galinha, pato e porco.

---

<sup>5</sup> Patrões foi denominação dada aos “homens de posse” que chegaram ao município de Gurupá para explorar e comercializar o látex no período da economia da borracha na Amazônia. Estes eram migrantes que passaram a residir no município. E com isso iniciaram-se as relações econômicas antes não existentes com a instalação das casas comerciais das casas de aviamentos e a relação entre patrões e fregueses (GUIMARÃES, 2017).

No entanto, os igarapés sofriam as consequências da tapagem com timbó<sup>6</sup> todos os anos, segundo os entrevistados, essa prática matava os peixes grandes e os pequenos, o que influenciou na escassez do pescado nos igarapés. Esse meio era muito utilizado, pois, nessa época não existia a malhadeira, então, o único meio viável de pegar peixe era tapando com timbó e fazendo gapuia nos poços<sup>7</sup> no verão.

A produção que não era entregue ao patrão, era para o consumo da família, trocada ou doada por algum outro produto que as famílias não possuíssem, nesse tempo o único meio de conservar os alimentos como a caça e os peixes era salgando.

A comunidade Santa Luzia do Flexinha foi fundada enquanto comunidade religiosa no ano de 1974, com a primeira visita de padre Giulio Lupp<sup>8</sup>. Foi através de padre Giulio que a partir de 1972 iniciou a instalação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), importante organização da igreja católica que se caracteriza pelas celebrações aos domingos realizadas por leigos e leigas, além de reuniões, que motivavam a reflexão bíblica e mobilizavam ações na sociedade. Durante a missa o padre fazia uma reflexão do evangelho, a partir de uma abordagem da realidade sociocultural da comunidade, discutia sobre o desemprego, o preço das mercadorias e a falta de organização do povo.

A situação não era fácil, foi nesse tempo que foi criada as comunidades olhando a realidade política, econômica, social e até religioso do povo não adianta só falar de um e não falar de outro a religião fez a gente se unir e lutar por mudanças, aí nós fomos vendo as outras coisas se organizamos no sindicato no partido, primeiro já falei da igreja aí veio o sindicato e depois o partido (Colaborador V.F., 2020).

Um dos principais questionamentos promovido pelas CEBs foi a situação social que as famílias estavam vivenciando no município de Gurupá, principalmente sobre a relação patrão, freguês e terra (GUIMARÃES, 2017, p. 68).

As comunidades foram todas se organizando para que a gente passasse a estudar o estatuto da terra, as leis, legislação da época que dava garantia do direito da posse, e aí o município de Gurupá inteiro se manifestou a lutar pelo direito de posse das famílias que eram nascida e criada, criavam seus filhos e viviam lá escravizados pelos patrões, e aí todo mundo se manifestou foi uma briga na época, o sindicato era administrado pelo governo municipal; aí foi uma revolução muito grande; os trabalhadores se reuniram, se acamparam na frente da sede do sindicato por 51 dias. Aí passaram a lutar por direito; acho que eu tinha uns doze anos na época. (Colaborador R. B., 2022).

Eram muitas as dificuldades que as pessoas da comunidade enfrentavam na época de sua fundação, principalmente o de deslocamento, onde os mesmos tinham que ir na cidade a

<sup>6</sup> O timbó é uma espécie de planta toxica muito utilizado por povos e comunidades tradicionais na captura de peixes.

<sup>7</sup> Modo de pescar em que se bate a água do rio ou igarapé para levar o peixe na direção da mucuoca (uma espécie de barragem) para capturar o peixe.

<sup>8</sup> Padre Giulio Lupp é de origem italiana; um homem religioso que chegou em Gurupá em 1971, para assumir a paróquia de Santo Antônio de Gurupá, descrito por Torres (2011) “como um homem revolucionário em solo Gurupaense”.

remo ou à vela. Os interlocutores relatam que era um dia inteiro só de viagem para chegar na cidade e outro para voltar, não existia motor rabeta e nem a diesel. Também foi relatado que a comunidade tinha seu sustento da agricultura do cultivo da mandioca e roçado na várzea para o plantio de milho, arroz e feijão, e do extrativismo, que na época se resumia em tapar os igarapés com timbó para a pesca, a caçada de animais e a colheita de frutos silvestres, como o uxi, mari e piquiá, além do cipó e o breu. O tratamento das doenças era à base de medicamentos caseiros, também extraídos da natureza.

A partir dos anos 1980, os sistemas produtivos começaram a mudar e com o início das CEBs e a fundação da comunidade Santa Luzia, as pessoas passaram a se atentarem para as palavras de Padre Giulio Lupp onde o mesmo depois das celebrações fazia uma reflexão da situação vivenciada pelo povo da comunidade e a questioná-los sobre a relação patrão-freguês, a posse da terra, o desemprego, o preço das mercadorias e a falta de organização vivenciada pelas famílias (Guimarães, 2017, p., 68).

As dificuldades econômicas naquele período era que nós não tinha uma visão de como se organizar depois que fomos orientados, aí começamos a nos organizar. A maior dificuldade era que nós vivíamos cada cá por si, um pra cá outro pra lá. Depois que começamos a nos organizar, nos unir para trabalharmos junto, as coisas melhoraram, as dificuldades diminuíram. Prova disso é que juntos nos montemos duas revendas, eu tomei conta de uma revenda, a cantina por 4 anos. (Colaborador, V.F, 2020).

Com essas orientações as pessoas começaram a se organizar e trabalharem juntas, iniciando os trabalhos em mutirões onde este consistem em uma família ajudar a outra em uma espécie de rodízio de trabalho entre elas, principalmente na preparação de área (roçagem, derruba e coivara), plantio e capina das roças e roçados.

A comunidades foram todas se organizando para que a gente passasse a estudar o estatuto da terra, as leis, legislação da época que dava garantia do direito da posse, e aí o município de Gurupá inteiro se manifestou a lutar pelo direito de posse das famílias que eram nascida e criada, criavam seus filhos e viviam lá escravizados pelos patrões, e aí todo mundo se manifestou (Colaborador R.B., 2022).

As famílias passaram a entender o direito de posse que tinham sobre a terra em que moravam e sobre suas produções, que poderiam vender seus produtos a quem quisessem e assim aumentar a renda sobre as mesmas. Passaram então a aumentar o tamanho de suas roças e roçado a produzir mais e plantar não somente plantas temporárias como também as permanentes, tanto nas áreas de várzea como na terra firme. Na época a terra firme era pouco utilizada, os comunitários passaram a incorporá-la e com isto, aumentaram suas produções.

Então para nós essa produção era só para o consumo mesmo e até a gente criava isso na cabeça da gente que não adiantava produzir em alta escala que não tinha mercado; que depois com os estudos a gente ver que isso não era verdade. Hoje na minha concepção quanto mais a gente produzir mais as portas do mercado se abre (Colaborador R.B., 2022).

Na área de várzea, após prepararem os roçados e extraírem a madeira, as famílias passaram a plantar o açaí, de forma convencional, semeando na terra. Segundo os colaboradores existiam poucas touceiras nesta localidade, em parte porque o mesmo não se desenvolvia em áreas de mata fechada, por outro lado as pessoas não plantavam.

Naquele tempo não tinha açaí aqui porque era mata bruta e com a mata bruta o açaí tem muita dificuldade de crescer, era algumas touceiras que tinham nos bebiam açaí umas duas vezes no ano depois que foram tirando a madeira que nós fomos plantando e também os bichos comiam os caroços e saíam espalhando pela mata aí foi dando açaí não tinha mercado o que dava dinheiro era o peixe e madeira, a seringa era paga só no final do ano que o patrão vinha ajustar a conta nas despesas, era difícil sobrar alguma coisa. A gente só ia na cidade a remo não tinha motor a gente ia na cidade de 15 em 15 dias mais ou menos, não tinha fogão butano não tinha geladeira não tinha gás (colaborador R.B., 2022).

O Açaí pra cá não tinha nessa época, era conferida as touceiras que tinha, no lugar que vim morar quando me casei não tinha açaí, aí nós construímos o açazal, por que nesse tempo começou a tiragem da madeira derruba da sumaúma né ficava aqueles roçados eu com minha cunhada, nós enchia a patrona aqui do lado de caroço, ia nós ia riscar seringa na várzea, aí nós ia jogando os caroços, o nosso açazal aqui perto é planta minha com meu marido e meus filhos. (Colaborador M.B, 2022).

Portanto, as principais mudanças ocorridas nesse período aconteceram a partir da consciência crítica do povo, provocado pelas CEBs, que segundo Guimarães (2017, p. 70) “reforçavam essas questões de não cruzar os braços frente aos problemas sociais” e “defendiam que era preciso lutar pela libertação; que um irmão não poderia viver à custa do outro; que Deus não almeja ver seus filhos escravizados e que é possível viver de forma digna, onde todos tenham o mesmo direito”.

As famílias passaram a confrontar os padrões e a questionar a si mesmos sobre os direitos de posse da terra e de vender suas produções a quem quisessem, passaram a plantar e cultivar as plantas permanentes. Após a preparação dos roçados na várzea e as roças na terra firme, as pessoas inseriam na terra também as plantas permanentes como a bananeira, açazeiro, limoeiro, mangueira, pupunheira, abacateiro, cacauzeiro, cupuaçuzeiro e entre outros. Assim, como afirma uma colaboradora sobre essas mudanças, já que antes as únicas frutas das quais se alimentavam anteriormente eram as frutas nativas como o uxi, piquiá, mari, ingá, bacaba e outras.

Olha o que mudou, com referência ao roçado continuou aqui na várzea, sempre nós tivemos os nossos roçados, nós plantava todo ano, o que mudou que ao invés de nós plantar só o milho o feijão aí terminava nos largava, aí nós passamos a plantar mais banana, açaí, limoeiro, mangueira já fomos plantado as coisas que a gente come, pupunheira assim como nós tem na terra firme nós tem na várzea abacateiro, cupuzeiro tudo que nós passemos a plantar né para facilitar o negócio que a gente só comia de pescaria, pegava com caniço no igarapé aí veio a malhadeira né já foi intermediando com outras coisas aí veio mais ou menos a 25, 26 anos atrás, começamos com o motor serra né aí veio o projeto do FNO foi o primeiro projeto que alavancou aqui a produção não me lembro o ano 1997 ou 1998 por aí assim.(colaboradora, M.B, 2022).

A partir da década de 2000, vieram as significativas mudanças, já com o processo de reforma agrária, o território quilombola de Gurupá veio a ser titulado dando segurança às

famílias. As lutas que se iniciaram com a formação das Comunidades Eclesiais de Base, ganhando materialidade também na política, com os trabalhadores retomando a direção do STTR de Gurupá, que era administrado pelo município e não pelos trabalhadores. Houve a fundação Partido dos Trabalhadores e posteriormente fundaram a Casa Familiar Rural, onde está última foi de grande importância na educação dos filhos dos trabalhadores, pois eles aprendiam e repassavam a seus pais e vizinhos como administrar e manejar seus lotes, aumentando a produtividade e acabando com certas práticas predatórias como o uso do timbó nos igarapés, como destaca um dos colaboradores da pesquisa.

Depois do reconhecimento desses territórios veio a fundação da Casa Familiar Rural, onde os filhos dos trabalhadores rurais foram estudar, aprender a administrar suas propriedades, seus sistemas. Aí sim veio o sucesso, porque os filhos dos trabalhadores que conseguiram estudo e se formar na CFR não só eles mais os vizinhos que eles entrevistavam que eles faziam a pesquisa, iam colocando o sistema como era pra fazer os manejos de açaçais, como era pra manejar a própria floresta como tirar madeira né, tirar as madeiras grossas e deixar as finas já respeitando as matas ciliar pra não secar o rio não consentindo onde tinha as pesca fazendo os acordos de pesca pra não invadir e acabar. (Colaborador R.B., 2022).

Nesse período, com apoio do Banco da Amazônia através do Pronaf Jovem, a Casa Familiar Rural de Gurupá conseguiu financiamento aos filhos dos trabalhadores que estudavam na CFR para o custeio de mandioca, manejo de açaçais e criação de suínos. Esses projetos foram grandes incentivadores do crescimento produtivo dos núcleos familiares, pois, além dos jovens aprenderem, também desenvolviam na prática o que se aprendia na sala de aula, como enfatiza a colaboradora V.P. (2022):

Os meninos começaram a estudar na rural (CFR), aí começou a aparecer esses projetos, assim eu me lembro que eles fizeram dois projetos desses pra custeio de mandioca que era pra fazer roça, investir, aí depois fizeram outro de manejo de açaçá, começaram a manejar e plantar açaçá” [...]. Nosso primeiro motor rabeta que nós compremo, foi até de um projeto que a minha filha fiz pra criar porco, aí vinha o material pra fazer a casa e vinha uma quantia em dinheiro com essa quantia nós compremos o motor.

Esse período proporcionou avanços em termos econômicos e organizacionais, as famílias trabalhavam conforme suas tradições e ampliaram seu potencial produtivo através dos aprendizados e conhecimentos adquiridos nas formações dos encontros de lavradores promovidos pelas CEBs e com o que os jovens aprendiam na CFR.

### **3.1 OS PROJETOS DE MANEJO FLORESTAL E O DE SEQUESTRO DE CARBONO**

Como a comunidade quilombola Santa Luzia do quilombo Flexinha fica situada na foz do Rio Xingu, a maior parte de seu território fica em área de terra firme e uma pequena parte na área de várzea, conhecida por ter sua área temporariamente inundada pela água do rio no

inverno amazônico. Sua agrobiodiversidade<sup>9</sup> inclui muitas espécies da fauna e flora nativas, assim como, os diversos sistemas agrícolas e manejos dos recursos naturais pelas populações tradicionais.

A associação como representante das comunidades é responsável por intermediar qualquer processo entre os órgãos governamentais e não governamentais e as comunidades. Para a entrada de qualquer empresa, a associação deve consultar os comunitários, no entanto, nem sempre esse procedimento ocorre de forma correta, ou seja, dentro de um processo de informação e comunicação ampla e bem feita, escuta atenta e deliberação coletiva.

No ano de 2010 iniciou a extração de madeira na área da ARQMG, algo novo para os moradores que almejavam um retorno financeiro “rápido”, no entanto, muitas lideranças foram contra o projeto madeireiro por entenderem que levariam um bem natural e deixaria um legado de destruição da natureza e porque as empresas responsáveis não seguiam as normas de entrada nas comunidades. Essa resistência levava em conta muitas incertezas em pensar como a natureza iria reagir com a retirada da madeira, assim como, as consequências para as famílias que retiravam seus sustentos da mesma.

Ao responder sobre quem permitiu a empresa Geosource a entrar na área da comunidade nos anos de 1980, a colaboradora M. B. (2022) relata que os moradores não tinham autonomia em seus territórios, que na época foram os patrões quem “acolheram” eles e que agora foram os governantes “mas foi aquilo que eu te disse, o governo aceitou, deixou entrar né, aí entrou, mas nós não fomos ouvidos e respeitados, [...] nossas decisões não foram respeitadas por isso que entrou a madeireira”.

E após ser amparada pelo governo municipal para entrar na área do município, a empresa Hadex apresentou o plano de manejo nas comunidades quilombolas junto com a ARQMG, e depois de muitas reuniões e visitas nas comunidades foi assinado o contrato com a associação por 10 anos. Aquelas comunidades que no início se recusaram a aderir, não viram outra alternativa a não ser fazer parte do projeto, pois, foram pressionadas devido a empresa madeireira não respeitar as divisas das comunidades.

Assim, a madeireira geralmente invadia e tirava madeira em áreas onde o contrato ainda não estava assinado e isso de alguma forma obrigava as famílias das comunidades a aderirem ao chamado “manejo florestal”. Com certeza que estas práticas não constavam no plano de manejo, no entanto, as comunidades e as famílias não tinham condições de todo dia averiguar

---

<sup>9</sup> A agrobiodiversidade pode ser entendida como o processo de relações e interações do manejo da diversidade entre e dentro de espécies, os conhecimentos tradicionais e o manejo de múltiplos agroecossistemas, sendo um recorte da biodiversidade (TOLEDO, SANTILLI, MAGALHÃES, 2008, p. 31).

seus lotes, e quando as famílias tomavam conhecimento geralmente iam até a empresa cobrar o que já tinha sido extraído e vender o restante que ainda tinha.

Esses fatos nos levam a reflexão sobre a autonomia em nossos territórios, pois muitas vezes não somos ouvidos ou não há o repasse de informações completas e suficientes para gerar um posicionamento livre e esclarecido sobre essas propostas de projetos de agentes econômicos externos.

Na comunidade Santa Luzia do Flexinha a madeira foi extraída por família devido alguns não quererem a extração, ou seja, não houve consenso em extrair a madeira em toda a extensão da área ao mesmo tempo. Assim, a família assinava o contrato e em seguida a madeireira entrava na área e retirava a madeira, conforme o relato de V.P.:

Vindo de fora pra cá que tá destruindo muita coisa é essa firma (madeireira) e está acabando com nós, por traz. Ela entrou no em 2010 na comunidade, mas não foi por nós, aí, por um, paga todos, e estamos entrando também porque não tem como sair. Aí se nós não vender, vão levar tudo do mesmo jeito, porque eles invadem nossos terrenos sem nós autorizar; e foi uma coisa que veio de fora pra dentro para nos desmobilizar (Colaborador V.P., 2020).

A abertura de estradas foi algo desejado pelos comunitários, pois, facilitaria a vida dos agricultores. As famílias passaram a utilizar motos e triciclos no escoamento da produção e a se locomoverem para suas roças, para caçar e extrair produtos da floresta. Antes disso, os produtos eram carregados nas costas.

Nesse contexto, a produção e a vida das famílias foram facilitadas. No entanto, ocorreu também o acirramento de conflitos. Com a abertura das estradas para a extração da madeira, as comunidades se interligaram à cidade de Gurupá e isso facilitou a entrada de pessoas externas dentro da área, para caçar, pescar nos igarapés, extrair produtos da florestas, frutas, cipó, breu e montar serrarias clandestinas sem a autorização das famílias e nem das comunidades. Um colaborador comentou que esses problemas iniciaram com a atuação da própria empresa que não cumpriu o que estava no contrato e agia de forma incorreta, pois, não explorava somente a madeira, como também caças, entre outros produtos da biodiversidade, além de cortarem espécies de árvores frutíferas que serviam de alimento e refúgio para várias espécies de caças. Como relata um colaborador:

Aí a gente que tinha mais conhecimento acabava pisando para traz, porque na verdade a gente queria que fosse explorada de forma correta, aí pra gente que tem um pouco de conhecimento a gente acha que da forma que foi feita não foi tão correta. Dentro do projeto madeireiro dizia que eles não podiam matar, caçar e nós via os cara chegar com o carro cheio de jabuti, e a gente não denunciava, então a gente tem culpa por isso, porque tava errado, dentro do acordo lá do contrato eles não podiam matar caça, eles não podiam pegar jabuti, eles não podiam pescar. Tudo a sustentabilidade dos funcionários da equipe de trabalho que tava lá na exploração da madeira tinha que ser sustentado pela empresa e a gente via que em quase 50% eles se sustentavam da

floresta, isso foi a retirada das caças que os remanescentes vinham sobrevivendo, aí isso diminuiu o lote (Colaborador R.B, 2022).

Esses conflitos se acirraram ainda mais após a saída da empresa, como já mencionado, pois passou a ocorrer invasões nos lotes das famílias por pessoas, principalmente da cidade, facilitadas pela estrada dentro do território quilombola que interligou Gurupá ao município de Porto de Moz, que por sua vez, está interligado ao município de Souzel (Senador José Porfírio) de através da PA 167.

A partir do momento que a comunidade assinava o contrato para a exploração da madeira, as famílias passavam a receber o recurso financeiro, com isso surge um problema que o colaborador (R.B, 2022) chama de “problema administrativo” porque não utilizaram o dinheiro para investir nos sistemas agroextrativistas, pois as famílias priorizam a compra de bens e imóveis na cidade, outros gastaram com viagens e só uma pequena parcela investiu na produtividade de seu terreno.

A questão do problema que vejo como um problema administrativo das famílias que fizeram contrato com a madeireira para a compra da madeira que eles chamavam de projeto, aí veio a questão muito de gestão familiar mesmo, aí teve muitas pessoas que teve um projeto que na época entre 2013 a 2020 que fizeram projeto de 160, 170, 180 mil que eles pegaram como não tinha gestão familiar pegou e entrou pelo “ralo” né. Aí as pessoas se fiaram muito no dinheiro que entrava naquele momento e não fizeram investimento para ter retorno econômico, outras famílias não, pegaram um pouquinho mais, dentro desse pouquinho que eles pegaram já tinham um pouco mais de gestão familiar, aí foram fazendo os empreendimentos. Aí, uma é coisa eu tenho um patrimônio que era intocável na hora que eu toco nele eu tenho que colocar ele pra gerar renda pra minha família, e aí foi poucos que fizeram isso com a retirada da madeira (Colaborador R.B., 2022).

Após o fim do contrato, muitas famílias sofreram consequências financeiras e produtivas, pois o dinheiro acabou e como não houve investimento na produção, muitas famílias tiveram dificuldades de se manter devido à escassez dos produtos alimentícios da mata e de suas roças.

Quanto ao projeto de comercialização de crédito de carbono, trata-se de uma proposta para que a conservação da floresta feita pelos camponeses seja convertida em compensação financeira pelo incremento ao processo de retirada do CO<sup>2</sup> (dióxido de carbono) da atmosfera, que na natureza ocorre por meio da fotossíntese das plantas e pela fixação no solo, mas também se dá pela captura de CO<sup>2</sup> pelo fitoplâncton. Trata-se de uma alternativa para diminuir o desmatamento, a queima de combustíveis fósseis, que estão entre as principais causas do aumento de dióxido de carbono (CO<sup>2</sup>) na atmosfera, que por último tem causado o aquecimento global (SILVA; PAULA, 2009).

A venda de créditos de carbono seria uma recompensa para as pessoas manterem suas áreas de florestas em pé, não desmatando e não fazendo queimadas. Existem empresas que

comercializam esses créditos no mercado internacional, para compensação da poluição realizada por outras empresas.

A entrada de empresa do ramo do carbono no território quilombola teve início no ano de 2021, quando uma empresa chamada REDA teve licença concedida pela diretoria da associação para entrar no território quilombola e levar a proposta aos comunitários. Os representantes da empresa andaram em toda a área da associação visitando as comunidades falando do projeto, no entanto, quando a REDA estava finalizando a visita o dono da empresa madeireira HADDEX que já tinha seu contrato com a associação terminado em 2020 para explorar a madeira, apresentou a diretoria da associação a empresa Carbonex, quando a diretoria permitiu a entrada da mesma devido conhecerem quem o indicou.

No entanto, com vários empasses entre a empresa e os comunitários devido à falta de informação de como o projeto realmente funciona teve uma desacelerada no processo que ainda não foi iniciado totalmente devido essas “correções” estão sendo feitas.

Desde que iniciou o processo já houve e ainda está havendo várias ações nas comunidades para discutir sobre o que seria o carbono e como geraria renda para as famílias que preservam carbono e ao mesmo tempo sobrevivem da natureza. Muitas questões e poucas respostas temos até hoje, mesmo após a associação assinar o contrato de 30 anos com esta empresa que se diz compradora do crédito de carbono. O colaborador V.P. comenta não saber o que é esse “negócio”, mas, que acha que querem preservar o que não existe mais, referindo-se à exploração de madeira que retirou o que tinha de potencial florestal.

Agora esse negócio do carbono eu não sei como vai ficar, que eu não vejo nada sobre carbono. Olha eu acho que é a extração de uma coisa que pelo um lado eles querem conservar o que não tem mais né? Por causa que já tiraram tudo. Pra mim a gente já não tem mais terra, não tem mais quase nada pra sobreviver da terra, assim se não fazer essas roças e roçados que a gente faz e agora veio essa firma que eu nem entendo esse negócio (Colaborador V.P., 2022).

Outra ainda comenta: “Já exploraram tudo, já não tem mais nada e ainda vem com essa história de carbono e com uma coisa que não dar lucro, negócio de 30 anos” (Colaboradora M.B., 2022)

Para dialogar com esta concepção, Ramos (2023, p. 3) em seu “Manifesto para a última gente de verdade” dialoga conosco sobre os cuidados que temos que ter sobre este discurso ambiental que se tem ganhado “uma conotação paradoxalmente [...] onde empresas intencionam ganhar poder de influência em municípios pobres em nome da redução de emissões de gases de efeito estufa, principal causa das mudanças climáticas que vivenciamos”.

E vai além, ao falar das estratégias e benefícios que as empresas oferecem sem apresentar de modo transparente como realmente funciona:

Nesta estratégia, as corporações ofertam aos povos da floresta a distribuição de benefícios vindos dos mercados de carbono sem apresentar de modo transparente os atores da cadeia e sem construir de forma conjunta as equações para este cálculo que possam caracterizar a relação como de ganha-ganha. Nesse sentido, é essencial que além dos conhecimentos sobre a Convenção 169 da OIT de 1989, sejam formulados pelas comunidades suas próprias ideias assim documentadas para demonstração de que o processo foi feito de forma: Livre – com poder pelas comunidades dizer SIM ou NÃO em relação à proposta apresentada; Prévia – que respeite o tempo necessário para a decisão da comunidade, sem interferência externa e pressão das planilhas e exigências de financiadores S/A; Informada – com oportunidade da comunidade ouvir outras opiniões e conhecimentos para tomar a sua decisão, com condições de exigência de escuta às mulheres, jovens, crianças e idosos (RAMOS, 2023, p. 4).

Como pode uma empresa pressionar a assinatura de um contrato e só depois pedir que as comunidades formulem suas propostas, no caso, os protocolos de consulta? Isto é o que está acontecendo nas comunidades que estão instruídas pela associação, que por sua vez está orientada pela empresa a criarem seus protocolos de consultas e neles colocarem até mesmo a questão do carbono sem saberem como funciona direito, quanto uma árvore produz, como é feita essa matemática, entre outras questões.

Sobre o documento Protocolo Comunitário de Consulta Livre, Prévia e Informada, Ramos (2023, p. 4) fala que “é um conjunto de condicionantes compreendidos pela comunidade em sua relação com os agentes externos. [...] que comunicam que as famílias têm o direito de auto afirmar a sua identidade e de autodeterminar as suas vidas e suas formas de decisão e organização”. Ou seja, é o conjunto de regras criadas pela comunidade para facilitar o processo de consulta e não ao contrário, como está acontecendo nas comunidades, como já mencionado, só após a assinatura do contrato que as comunidades estão sendo instruídas a criarem seus protocolos de consultas.

No contrato, a Carbonext se denomina como empresa contratada, pessoa jurídica com direito privado com sede na cidade de São Paulo. Já a empresa Campo Verde, segundo contrato é uma empresa privada estabelecida na cidade de Paragominas/PA, e conta-se como “intermediadora contratada” entre Carbonext e ARQMG. A Campo Verde é responsável pelo trabalho técnico e de campo e pelo monitoramento da área na qual seria implantado o projeto.

A empresa inicia a atuação na comunidade Santa Luzia, pois faz parte de um território coletivo representada por uma associação que os representa e, se a maioria das comunidades aderir ao projeto, automaticamente todas as comunidades farão parte.

Ao contrário do que está escrito no contrato entre a Carbonex e ARQMG, não houve uma discussão ampla e esclarecida dos termos do mesmo:

IV. A realização de projeto gerador de crédito de carbono (REDD) foi de amplo e esclarecido debate no âmbito de todas as comunidades / associações que compõe o território, onde foram informados o objeto do projeto, obrigação das partes, procedimentos, duração, atividades permitidas, proposta de parceria comercial, entre

outros aspectos do negócio, em cumprimento aos procedimentos previsto na Conversão OIT nº 169 (Decreto nº 10.088/2019), conforme atas que dão subsídios ao presente; (CARBONEX; ARQMG, p. 3, 2022).

Podemos considerar que essas iniciativas empresariais acabam alimentando novos conflitos internos e com agentes externos, retirando o domínio dos povos e comunidades tradicionais sobre seus próprios territórios.

Muitas coisas devem ser revistas neste contrato, pois, certamente não contempla as comunidades. Como relatado pelo colaborador R.B., que após participar de uma reunião de “explicação” da empresa na comunidade, ressalta a preocupação dos comunitários com referência aos seus modos e vida e produção, se vão continuar a fazer seus trabalhos como sempre fizeram, levando em conta a cultura de seus antepassados. Segundo ele, a resposta da empresa era sempre que nada mudaria. No entanto, muitas lideranças sabem que não vai funcionar desta maneira.

Falando agora do contrato da associação com a empresa Carbonex que tem o contrato hoje para trabalhar o sequestro de carbono, a gente tem um pouco de dúvida ainda por não conhecer direito o projeto. Eu mesmo ouvir muitas explicações, a gente perguntava: mas a gente vai poder tirar madeira? O cara dizia pode. Nós vamos poder fazer roça? Pode. O que a gente perguntava se a gente ia poder fazer, eles respondia que pode, agora não é da forma cultural como a gente sempre fez. Penso que depois do contrato assinado eu vou poder fazer roça, vou, mas, primeiro vou ter que demarcar a área e ir no instituto que vai regularizar pra mim, fazer dentro da legalidade né (Colaborador R.B., 2022).

Aí na nossa cultura não eu vou lá olho área e vou fazer a roça aqui, aí meto o terçado, lá o machado, motor serra e derrubo, jogo embaixo e pronto. A outra coisa, eu posso tirar madeira: posso, eles dizem. Né? Mas, aí pra mim tirar depois de tá em curso o contrato, pra mim tirar madeira eu tenho que ter um plano madeireiro sustentável e que seja tirada de forma legal mesmo que a madeira seja para meu uso, cada árvore está fazendo o trabalho do sequestro do carbono, ela é contada, vai ser feito o plano de ação, aí cada árvore que vai ser retirada lá, ela tem que ser autorizada pra tirar, eu não posso só chegar e derrubar (Colaborador R.B., 2022).

Como sintetizado por Zhouri e Laschefski (2010), os conflitos territoriais colocam em discussão a visão de desenvolvimento que ancora as ações de agentes estatais e grupos econômicos do local ao internacional, e que acabam também seduzindo muitas famílias dessas comunidades, por acreditarem que o projeto trará melhores condições de vida por meio de venda de seus produtos extrativistas. No entanto, esses projetos implementados também levam diversas limitações para desenvolverem determinadas práticas e o uso da sociobiodiversidade local pelas comunidades tradicionais.

Em relações aos conflitos internos, as pessoas comentam que a venda do carbono renderá mais que o projeto madeireiro e isso poderia dar às famílias uma boa renda mensal sem precisar trabalhar tanto, criando expectativas nas pessoas que já moraram nas comunidades, e hoje não moram mais, de se beneficiarem de alguma forma. Com isso, muitas pessoas insistiram

e se associaram na ARQMG como uma forma de obter esses benefícios, criando conflitos por alegarem que têm os mesmos direitos de quem mora nas comunidades, por terem nascidos e já morado na área.

A busca por recursos financeiros faz com que médias e grandes empresas entrem facilmente em áreas de comunidades tradicionais, a falta de informação e cooptação de lideranças facilitam esse acesso à exploração dos recursos naturais das comunidades, deixando benefícios mínimos para as famílias, sem gerarem alternativas produtivas dentro de seus modos de vida, além da degradação ambiental deixada pela não utilização das técnicas de manejo dos recursos e gestão do território.

#### **4. MUDANÇAS NOS SISTEMAS PRODUTIVOS E SOCIOBIOVERSIDADE**

Em relação às empresas que entraram no território quilombola para implantar algum projeto que impactaram no uso e acesso à sociobiodiversidade pelas famílias, os colaboradores citam que não sabiam qual era a real atividade desenvolvida pela empresa Geosource, no entanto, a mesma contratava e levava pessoas para trabalharem na empresa, conforme os relatos o trabalho consistia em abrir piques na mata.

Essa empresa deixou um rastro de destruição, pois, com o barulho feito na mata espantou as caças e os peixes dos igarapés sumiram, as pessoas não conseguia garantir a alimentação da família e ainda sofriam as consequências sobre suas roças, pois, se o pique passasse no meio da roça ou na casa de forno, não tinha desvio e tudo era destruído, como expõe a colaboradora.

Nesse período também entrou uma empresa aqui, aquilo ajudou a sumir as caças daqui a empresa era a Geosource passavam aí faziam uma demarcação, davam uns tirão que chega tremia a terra. Nesse período eles levavam muita gente daqui, empregavam e levavam esse pessoal por aí, no outro ano nós sofremos fome, fome, fome por aqui que menina, nós sofremos fome, meu marido ia lanterna e os outros vizinhos também não tinha peixe nesse igarapé e nem caça, sumiu tudo (Colaboradora M.B, 2022).

Os colaboradores relatam que nessa época quem autorizou a entrada da empresa na comunidade foram os patrões que se colocavam como proprietários da terra, e os moradores não recebiam nada porque não eram donos.

Porque desde o tempo que tinha a Geosource que eles não davam nada pra gente e saiam fazendo pique e levando não sei o que era que eles levavam da terra; e o pique passando direto. Se desse, minha irmã, assim, na tua casa de forno por exemplo, eles tinham que passar direto, não tinham desvio eles fizeram uma clareira dentro da nossa roça; fizeram o negócio da casa deles na beira do Surubim onde nós trabalhava, o que eles davam pra nós era sardinha, conserva, essas coisas assim, só pra interter pra eles passarem, iam fazendo aquilo e a gente não sabe o que eles tiravam, já estavam tirando as coisas da terra (Colaboradora V.P, 2022).

Os colaboradores explicam que levaram tempo para recompor e acessar os produtos que a natureza oferecia na época. Algumas pessoas chegam a comentar que já era alguma pesquisa

para que essas empresas que estão agora pudessem entrar e extrair as riquezas naturais das comunidades. De fato, não se sabe se tratava de uma empresa de pesquisa de minérios ou do potencial madeireiro.

Já a empresa madeireira responsável pelo Projeto de Manejo Comunitário iniciou a extração em 2010, e contou com o apoio do governo municipal para entrar na área. Esta empresa mudou totalmente os meios produtivos e a biodiversidade local uma vez que foram extraídas as espécies de potencial madeireiro como itaúba, quara, maparajuba, angelim pedra, angelim rajado, espoja, piquiá, ipê roxinho, maçaranduba, uxizeiro, cumaru, entre outras espécies existentes na área, deixando conflitos entre comunitários e entre comunidades, diminuindo significativamente a produção agrícola das famílias.

Primeiro, houve a sensação de aumento de temperatura e calor, e com isso o aumento também de doenças respiratórias. Na parte produtiva as pessoas relatam a diminuição das horas diárias dedicadas aos trabalhos na roça devido ao calor excessivo, estendendo o período para finalização dos mesmos. Também foi ressaltado que os produtos da mata, como as frutas, cipó e breu ficaram escassos após a extração da madeira, bem como, as caças que sem as árvores frutíferas e com o barulho das máquinas foram em busca de refúgios em outros lugares. O que se constata é que as práticas de manejo florestal não foram implementadas, conforme fala do colaborador R.B.

A retirada da madeira que no projeto eles diziam que era no máximo 30 metros por hectare, mas no nosso conhecimento a gente via que cada hectare que eles entravam eles levavam muito mais de que 50 até 100 metro por hectare, teve área que ficou só uma capoeira, e como foi tirada as arvores que regula o clima, nosso clima aqui alterou muito. Hoje a gente ver que tá muito quente; na época dos meus 20 anos até meus 30 anos eu trabalhava na roça de sol a sol de 6:00 h as 6:00 h, hoje a gente vai na roça quando dá 9, 10 horas você já vem embora, por que se você ficar lá é arriscado você evaporar de tanto calor, ninguém aguenta, não tem como o ser humano aguentar mais mesmo, aí hoje para essa atividade de roça da forma braçal que a gente trabalha no cultural mesmo né a gente vai pra lá 6 da manhã e 9, 10 horas já tem que tá vindo, aí só dá de voltar pra roça das 4 da tarde em diante até as 6, aí acaba que a gente diminuiu o serviço (Colaborador R.B., 2022).

Com isso, as famílias tiveram que criar alternativas com a diminuição do tempo em um de seus principais meio de subsistência, a roça, e passaram a alternar seus tempos de serviço nas áreas de manejo de açazais, passando a trabalhar pela parte da manhã na roça de anuais e a tarde, no manejo de açai e na pesca de subsistência.

No entanto, a partir do momento em que as famílias começam a ter acesso à renda proveniente da exploração madeireira da empresa, as pessoas decidiram diminuir o trabalho pesado e a produção de determinados produtos que requerem maior força de trabalho e custo, por exemplo, o plantio de mandioca e a produção da farinha. Essa estratégia familiar levou à

diminuição dos meios próprios de produção, passando a depender da renda da madeira. E consequentemente, a produção agrícola caiu consideravelmente levando muitas famílias a renovarem o contrato da madeira e outras famílias passaram necessidade, pois, não tinham roças e o dinheiro da madeira havia acabado. Também houve o êxodo de famílias para a cidade de Gurupá, e parte do dinheiro foi utilizado para comprar casas na cidade e outros bens e serviços.

A empresa de carbono entrou no ano de 2022, apesar de já ter um contrato assinado com a associação, é algo que os comunitários têm muitas dúvidas. Segundo eles ainda falta esclarecimento, para que as pessoas possam entender o que é o crédito de carbono e como isso vai influenciar o meio produtivo das famílias e o acesso ao uso da sociobiodiversidade.

Sobre o sequestro de carbono a gente tem um pouco de dúvida ainda, por não conhecer direito o projeto eu mesmo ouvir muitas explicações até cobrei né porque eu queria o contrato queria ver o contrato porque lá dentro da explicação a gente perguntava, mais a gente vai poder tirar madeira? O cara dizia pode. Nós vamos poder fazer roça? Pode o que a gente perguntava se a gente ia pode fazer eles respondia que pode, agora não é da forma cultural como a gente sempre fiz. Depois do acordo depois de se trabalhar o projeto eu vou poder fazer roça vou mais, primeiro vou ter demarcar a área ir no instituto regulamenta vai regularizar pra mim fazer dentro da legalidade né. (Colaborador, R.B., 2022)

A partir da assinatura do contrato entre a ARQMG e a Carbonex já é possível perceber em algumas comunidades o desespero de moradores que sobrevivem da extração de madeira, por motivos óbvios, pois segundo a explanação feita pela empresa, as pessoas não poderiam mais extrair madeira, com isso algumas famílias passaram a derrubar árvores com frequência com medo de não poderem mais extrair a partir do momento que o projeto entrar em execução. Essas pessoas têm seus meios de vida a partir da extração da madeira e se sentiram inseguras com as incertezas do projeto, bem como, nosso colaborador R.B. remete à preocupação das roças não serem feitas de forma tradicional de corte e queima como sempre foi feita.

Como podemos perceber o projeto já está influenciando os sistemas produtivos a partir do momento que a empresa não oferece ao menos a explicação suficiente de como o mesmo será executado.

## **5. O SISTEMA AGROEXTRATIVISTA ATUAL**

Os tipos de áreas em que são desenvolvidas as atividades produtivas das famílias são a roça (na terra firme ou várzea), a capoeira (área de pousio), o sítio, quintal ou terreiro, a floresta e os rios e igarapés. A escolha dos componentes dos sistemas de produção familiar tradicional depende do tipo de área que a família tem disponível, constituindo em um dos principais fatores

para a definição do sistema agroextrativista (NODA; NODA, 2003). Em anexo foram colocadas imagens das atividades desenvolvidas pelos comunitários.

A roça ou roçado é o local onde são cultivadas espécies anuais como a mandioca, macaxeira, melancia, maxixe, jurumum e a abacaxi, estes locais são utilizados por dois ciclo conhecido como planta e replanta que consiste no caso da roça em dois ciclos de planta da maniva e nos roçado um ciclo de melancia e outra de maniva ou macaxeira, após a última colheita a área é colocada em pousio ou repouso por um tempo até a mesma se recompor e estar apta ao plantio novamente.

A farinha é um produto derivado da mandioca, principal fonte de renda das famílias da comunidade, é cultivada anualmente e seu processo inicia entre agosto e setembro com a roçagem e derruba da vegetação, no mês de novembro acontece a queima e a coivara, e no período de dezembro e janeiro ocorre o plantio. As roças e roçados são construídas nas chamadas capoeiras em áreas que possuem entre duas e quatro tarefas, equivalente a 0,5 e 1 hectare.

A comercialização da farinha ocorre o ano todo. A mesma tem seus derivados como a tapioca que pode ser em “ramo” (massa utilizada para fazer beiju e tacacá) ou torrada, tem também o tucupi, a curueira ou crueira que são as fibras e os pedaços grandes e duros que não passam no crivo, mas, também, dela se pode fazer o mingau, bolo e beiju.

A capoeira como área de pousio, a qual é utilizada pelos agricultores geralmente passa por dois ciclos consecutivos e após permanecem em repouso durante um certo período voltam a ser reutilizadas para o cultivo de espécies anuais. Lembrando que esse repouso se faz necessário, pois, esse período elimina plantas invasoras e recupera o potencial produtivo da terra.

Os sítios, terreiros ou quintal tem grande potencial produtivo e estas são áreas onde são cultivadas espécies frutíferas, hortaliças e plantas medicinais e localizam-se ao redor das moradias das famílias na várzea ou em pequenos sítios na terra firme. Essas áreas vêm sendo construídas com o decorrer do tempo, hoje em dia é possível além de plantar novas áreas frutíferas de fazer o manejo daquela já existentes plantadas por pessoas que habitaram o local e disseminadas por pássaros que se alimentam dos frutos.

Já nas áreas de floresta, nas quais desenvolvem as atividades do extrativismo vegetal e animal (caça e pesca), a prática é originária de nossos antepassados e com as práticas de manejos vem potencializando a economia da comunidade. São produtos como as variadas espécies de frutas, remédios preparados a partir da extração de folhas, casca, raízes e óleos de árvores, fibras

como o cipó muito utilizado na preparação do matapi, vassoura e paneiro, resinas como o breu, entre outros.

Temos também as atividades relacionadas ao extrativismo animal constituída pela caça, que são utilizados para o consumo familiar, sendo proibida a sua venda em qualquer período do ano e são praticadas nas áreas de floresta da propriedade familiar.

Já a pesca, é realizada no conjunto da bacia hidrográfica, e acontece o ano todo. O rio é o principal meio da pesca, dando preferência no inverno para os igarapés e no verão para os pequenos lagos na floresta. O peixe é o principal alimento das famílias da comunidade.

Em relação à criação de animais, as famílias tradicionalmente criam animais de pequeno porte como as aves e suínos. Estes são alimentados com milho plantado nas propriedades, com a curueira e restos de alimentos. As pequenas criações geram fonte de renda e são utilizados para o consumo da família. Estes animais, principalmente os suínos, seguem uma tradição das famílias da comunidade que são de sacrificarem este animal para servir de alimento nas noitadas religiosas que acontecem anualmente.

A partir dos dados obtidos com os entrevistados, se pode caracterizar quatro tipos de sistemas agroextrativistas atuais.

O Tipo 1 são os organizados por famílias que trabalham predominantemente no cultivo de mandioca e na produção de farinha e seus derivados para consumo e venda, no cultivo e manejo do açaí, plantam melancia, macaxeira, abacaxi e bacaba. Existem membros da família que são pescadores artesanais que recebem o seguro defeso e pescam também para o consumo. A família que foi entrevistada tem tanque de peixe, mas no momento não tem criação. A mesma realiza as atividades na roça através do mutirão e a mão de obra principal e da família.

O Tipo 2 tem como elementos principais do sistema o cultivo e manejo do açaí, abacaxi, bacaba, melancia, hortaliças chicória, cebolinha, cheiro verde, couve, cultivam mandioca e produzem a farinha apenas para o consumo. As pessoas pescam para o consumo e venda. Também fazem produção de polpa de frutas, e fornecem medicamentos caseiros. Também criam peixe em tanque escavado e pescam camarão. Têm membros da família que recebem aposentadoria como trabalhador rural. A família entrevistada faz o festejo em homenagem à Nossa Senhora de Aparecida. As mesmas usam a mão de obra familiar e também fazem mutirão.

O Tipo 3 é mantido pelas famílias que cultivam a mandioca e produzem a farinha e seus derivados, tem produção de açaí, melancia e bacaba. As mesmas pescam para venda e consumo, trabalham plantio e manejo de açaí, criam pato e caçam. A família tem tanque para peixe. As mesmas festejam São Francisco. Tem membro da família que recebe aposentadoria como

trabalhador rural. Como os demais, trabalham na roça através do mutirão e tem mão de obra totalmente familiar.

No Tipo 4 as famílias se dedicam à produção de hortaliças, cebolinha, couve, cheiro verde, chicória, bacaba, cultivam a mandioca e produzem a farinha apenas para o consumo, trabalham com plantio e manejo de açaí e criam peixe em tanque escavado. Pescam camarão e serram madeira. Um membro da família recebe aposentadoria como trabalhador rural. Também trabalham na roça através do mutirão e tem mão de obra totalmente familiar.

Todas as famílias fazem o uso de energia solar adquirida através de projeto pelo banco do Brasil e são sócios da ARQMG.

Podemos verificar que todos os sistemas tem algum nível de diversificação, com elementos produzidos na roça, como mandioca e açaí e da criação de peixe ou pesca artesanal. A diferenciação também está naqueles que vendem a farinha e pescam para a venda, e os que extraem produto florestais, principalmente a madeira. Também têm dois tipos que vendem outros produtos para complementar a renda, como hortaliças e polpas de frutas.

Para trazer mais elementos que caracterizem os sistemas agroextrativistas, foi construído o calendário produtivo anual (figura 2) a partir das informações geradas junto aos colaboradores da comunidade quilombola Santa Luzia, nele está apresentado os períodos dedicados aos produtos consumidos e comercializados pelas famílias, com destaque ao plantio da mandioca que é produzida o ano todo, sendo o principal meio econômico, através de seus derivados, em segundo vem o açaí e as frutas, ainda tem o peixe e as caças, dando destaque para o tatu e o mapará, que também são consumidos o ano todo pelas famílias da comunidade.

Podemos ver no calendário essa diversificação produtiva principalmente no período de janeiro a maio, devido o inverno amazônico. Geralmente as árvores frutíferas florescem no final do verão, entre outubro e dezembro, com temperaturas mais quentes e maior variação de chuvas, que segundo os mais antigos, ajuda a segurar as flores e a vingar os frutos, e com o início das chuvas, os frutos começam a amadurecer e cair.

Figura 2: Calendário tradicional da comunidade Santa Luzia Flexinha.

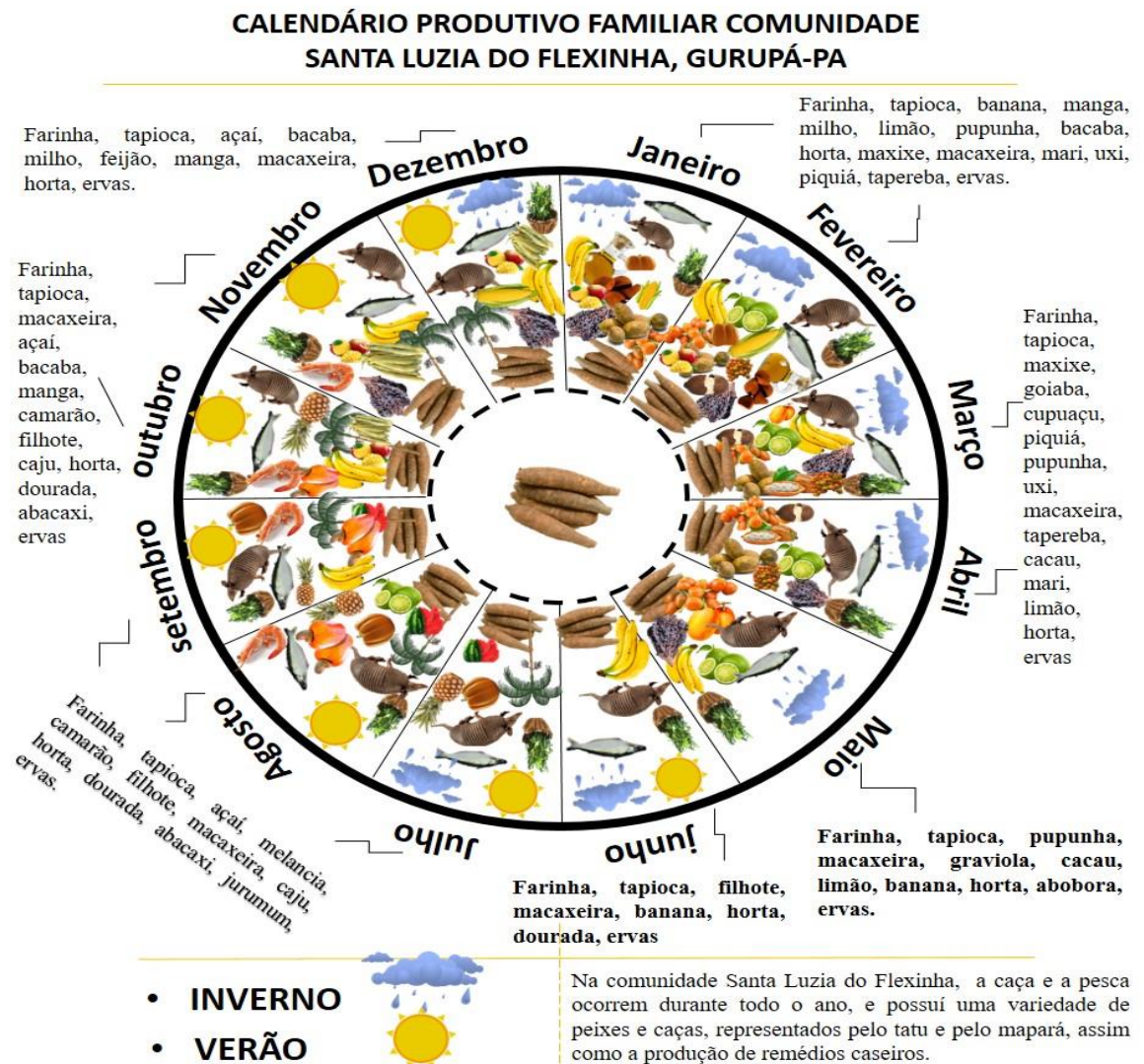


Ilustração: Leticia Moraes (2022)

A produção da farinha derivada da mandioca ocorre o ano todo, assim como, o da macaxeira. O preparo do solo para a plantação da maniva inicia nos meses de setembro e termina em dezembro com o plantio da mesma, lembrando que após a derrubada a área permanece em repouso para que as árvores sequem e facilite a queima.

Na safra maior das frutas, o destino é comercialização dos produtos. No entanto, os sistemas produtivos são bem variados, como por exemplo, o açai que tem seu diferencial nas touceiras tem variação na produção, ou seja, produzem em épocas iguais ou diferentes. O açai tem sua safra maior em alguns meses do ano, entre julho e dezembro, no entanto, produz nos meses consecutivos para o consumo das famílias, bem como, a banana e o abacaxi, diferentemente da pupunha que mesmo em touceiras só produz uma vez no ano, assim como a manga, cupu, taperebá, cacau, bacaba, goiaba, graviola, mari, uxi, piquiá. Outros produtos como

a melancia, milho, maxixe, jerimum e feijão, são plantados em roçados em períodos de abril e maio, época do ano em que a chuva e sol variam, ou seja, há dias chuvosos e mais frios e dias mais quentes.

Já os peixes, como o mapará, sua pesca ocorre o ano todo e seu destino é o consumo das famílias, diferente de espécies como a dourada, filhote, pacu, pirapitinga e tambaqui, aracu, sardinha, mandubé que são específicos do início do verão, entre os meses de junho e outubro, que na safra são destinados ao comércio.

As árvores frutíferas são plantadas na terra firme no período do inverno, nos meses de janeiro a março, isso faz com que as plantas se desenvolvam mais rapidamente. Já nas áreas de várzeas esse cultivo acontece na descida da água, no início do verão, o que ocorre nos meses de agosto a outubro.

## **5.1 POTENCIAL DA SOCIOBIODIVERSIDADE E ESTRATÉGIAS FAMILIARES**

No quadro 1 foram destacados os produtos oriundos dos diferentes ambientes ou tipo de área, e se pode observar que a terra firme tornou-se a maior área produtiva para as famílias nos últimos anos, além dos produtos nativos da mata. Percebe-se o aumento do plantio de plantas permanentes nas áreas de terra firme, dando maior diversificação produtiva, diferente do que se viu no início da formação das comunidades onde se utilizava apenas as áreas de várzea e prevalecia o cultivo da lavoura branca. Gomes (2019) estimou que 30% da produção familiar é para o consumo e 70% para a comercialização, levando em conta as criações de pequenos animais como porcos, patos, galinha, do peixe pescado no rio ou criado em tanques escavados e o camarão.

Os produtos sem interesse em venda geralmente são aqueles que tem a safra pequena e são utilizados apenas para o consumo, sendo o caso do mari, uxi, piquiá, ingá, bacabi, feijão e milho. Nesse sentido, as pessoas consomem, trocam ou doam por ser produtos também que não tem como conservar por muito tempo.

É possível identificar também várias espécies de madeira que existiam na área da comunidade até pouco tempo, hoje em dia as pessoas não costumam extrair madeira para vender, até porque várias espécies foram extraídas no “projeto de manejo florestal” e estas espécies sofreram diminuição significativa sobrando apenas algumas árvores menores (finas) como: itaúba, quara, maparajuba, angelim pedra, angelim rajado, espoja, piquiá, ipê roxinho, maçaranduba, uxizeiro e cumaru. Muito esporadicamente as famílias vendem a virola na várzea e algumas espécies da terra firme para fazer estaca, no entanto, utilizadas na construção de casas, pontes, entre outras utilidades em suas propriedades.

Quadro 1. Os produtos da sociobiodiversidade e uso na comunidade Flexinha, Gurupá/PA

Produto/nome vulgar	Onde é encontrado	Finalidade				Tipo de uso		Tem interesse para o uso		Tem interesse para venda	
		C	V	T	D	A	M	S	N	S	N
Farinha de mandioca	Terra firme	■	■			■		■		■	
Tapioca	Terra firme	■	■			■		■		■	
Macaxeira	Terra firme	■	■			■		■		■	
Pupunha	Terra firme	■	■			■		■		■	
Castanha	Terra firme	■			■	■		■			■
Urucum	Terra firme	■	■		■	■		■		■	
Bacaba	Terra firme	■	■			■		■		■	
Melancia	Terra Firme	■	■			■		■		■	
Bacabi	Terra firme	■	■			■		■			■
Maxixe	Terra Firme	■	■			■		■		■	
Cupu	Terra firme	■	■			■		■		■	
Piquiá	Terra firme/mata	■			■	■		■			■
Uxi	Terra firme/mata	■			■	■		■			■
Mari	Terra firme/mata	■			■	■		■			■
Cipó	Terra firme/mata	■						■		■	
Itaúba	Terra Firme/mata	■	■					■		■	
Maparajuba	Terra Firme/mata	■	■					■		■	
Quara e Quara	Terra Firme/mata	■	■					■		■	
Esponja	Terra Firme/mata	■	■					■		■	
Massaranduba	Terra Firme/mata	■	■					■		■	
Uxizeiro	Terra Firme/mata	■	■					■		■	
Cumaru	Terra Firme/mata	■	■					■		■	
Piquizeiro	Terra Firme/mata	■	■					■		■	
Ipê Roxinho	Terra Firme/mata	■	■					■		■	
Angelim Pedra	Terra Firme/mata	■	■					■		■	
Angelim Raja.	Terra Firme/mata	■	■					■		■	
Quinarana	Mata	■					■	■			■
Puca	Mata	■					■	■			■
Caranapanauba	Mata	■					■	■			■
Súcuba	Mata	■					■	■			■
Veronica	Mata	■					■	■			■
Caferana	Mata	■					■	■			■
Produto/nome vulgar	Onde é encontrado	Finalidade				Tipo de uso		Tem interesse para o uso		Tem interesse para venda	

		C	V	T	D	A	M	S	N	S	N
Cumaru	Mata	■					■	■			■
Caragiru	Mata	■					■	■			■
Copaíba	Mata	■					■	■			■
Açaí	Terra F./várzea	■	■				■	■			■
Milho	Terra F./várzea	■					■	■			■
Feijão	Terra F./várzea	■			■		■	■			■
Limão	Terra F./várzea	■	■				■	■			■
Banana	Terra F./várzea	■	■				■	■			■
Manga	Terra F./várzea	■	■				■	■			■
Goiaba	Várzea	■	■		■		■	■		■	
Graviola	Várzea	■	■				■	■		■	
Cacau	Várzea	■	■				■	■		■	
Ingá	Várzea	■			■		■	■			■
Taperebá	Várzea	■	■				■	■		■	
Pião	Quintal	■					■	■			■
Algodão	Quintal	■					■	■			■
Jambu	Quintal	■					■	■			■
Quebra pedra	Quintal	■					■	■			d
Raiz do Açaí	Quintal	■					■	■			■
Canela	Quintal	■					■	■			■
Capim santo	Quintal	■					■	■			■
Pupunha (raiz)	Quintal	■					■	■			■
Caatinga de M.	Horta	■					■	■			■
Arruda	Horta	■					■	■			■
Boldo	Horta	■					■	■			■
Oriza	Horta	■					■	■			■
Magirona	Horta	■					■	■			■
Hortelãzinha	Horta	■					■	■			■
Papagainho	Horta	■					■	■			■
Paregórico	Horta	■					■	■			■
Gengibre	Horta	■					■	■			■
Mucuracaá	Horta	■					■	■			■
Camarão	Rio	■	■				■	■		■	
Filhote	Rio	■	■				■	■		■	
Dourada	Rio	■	■				■	■		■	
Produto/nome vulgar	Onde é encontrado	Finalidade				Tipo de uso		Tem interesse para o uso		Tem interesse para venda	

		C	V	T	D	A	M	S	N	S	N
Aracu	Rio	■	■			■		■		■	
Pacu	Rio	■	■			■		■		■	
Tambaqui	Rio	■	■			■		■		■	
Pirapitinga	Rio	■	■			■		■		■	
Mapará	Rio	■	■			■		■			■
Mandubé	Rio	■	■			■		■		■	
Sarda	Rio	■				■		■			■
Jiju	Igarapé	■				■		■		■	
Traíra	Igarapé	■				■		■			■
Acará	Rio/igarapé	■				■		■			■
Pescada	Rio/igarapé	■				■		■			■

Legenda: C- consumo; V- venda; A- Alimentação; T- troca; C- doação; A- alimentação; M- medicinal; S- sim; N- não

Os medicamentos caseiros foram muito utilizados por nossos antepassados e continuam sendo até os dias de hoje, no entanto, com o passar do tempo essa cultura foi se perdendo a partir do momento em que os medicamentos industrializados foram surgindo. Apesar disso, na comunidade ainda se utilizam muitos remédios tradicionais, mas, poucas pessoas sabem manipular os medicamentos. Geralmente, as pessoas que manipulam realizam a venda ou doação para pessoas adoecidas, em forma de pílulas, garrafadas e xaropes. Já os remédios menos manipulados são produzidos pelas pessoas em suas casas, como os chás de cascas ou folhas de diversas espécies.

## 6. CONCLUSÃO

A partir de meu percurso acadêmico, nessa relação entre o tempo universidade e comunidades do curso, compreendi melhor os nossos direitos, de povos quilombolas e a nossa importância na preservação do meio ambiente e, através da colaboração dos moradores da comunidade pude elaborar este trabalho. Um trabalho que chama a atenção para tudo que já conseguimos através das lutas de nossos antepassados para o reconhecimento de direitos, principalmente a terra, e ao mesmo tempo nos remete à reflexão de estarmos perdendo estes direitos por estarmos “esquecendo” de tantas pessoas que se foram para que nós pudessemos ter nosso território reconhecido, permitindo a entrada de empreendimentos capitalistas que destroem o meio ambiente e nossas capacidades de viver da sociobiodiversidade.

Com base no que foi apresentado, é possível perceber como os projetos de exploração florestal limitaram as famílias ao acesso e uso da sociobiodiversidade na comunidade

quilombola Flexinha, município de Gurupá, Pará, porque degradaram a floresta e os recursos naturais, impactaram a produção agroextrativista, além de acirrarem conflitos internos e externos.

Nesse contexto foi possível discutir as principais mudanças que ocorreram no sistema produtivo das famílias da comunidade e a influência dos projetos de exploração florestal, que foram: extração de espécies de potencial madeireiro que ajudam a controlar o clima, aumento significativo do calor, diminuição no número de horas trabalhadas diariamente devido ao aumento das temperaturas e diminuição da sombra, diminuição da produção agrícolas, conflitos entre os comunitários e entre comunidades.

No entanto, é possível destacar também o grande potencial produtivo para aproveitamento e utilização dos produtos da sociobiodiversidade presente na comunidade. Essa diversificação produtiva agroextrativista que mantém viva a tradição e a natureza, através de técnicas de manejo utilizadas por nossos antepassados como meio de subsistência.

São estas reflexões que evidenciam a importância dos saberes, conhecimentos, práticas e perspectivas de nós povos e comunidades tradicionais, no manejo e manutenção do meio ambiente e nos remete ainda mais a pensar na importância da preservação em meio a disputas pelos recursos naturais locais por empreendimentos capitalista.

Portanto, a manutenção da sociobiodiversidade depende da existência de políticas que defenda o meio ambiente e o uso dos recursos naturais de forma sustentável, para a continuidade sociocultural e qualidade de vida de povos que dela necessitam. Tendo em vista que a natureza é diversa e a sociedade constitui experiências que se expressam nesta diversidade.

## REFERÊNCIAS

- BRITO, André de Freitas. **Santa Luzia do Fexinha, da voz ao palco: memórias dos olhos que se abrem para o rio**. 2018. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura) - Universidade Federal do Pará, [S. l.], 2018.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 79**, de 19 de dezembro de 1966. Institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências. Disponível em: <<https://goo.gl/ftH8EB>>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- BRASIL. **Decreto Nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- BRASIL. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília: MDA, MMA, MDS, Julho, 2009.
- CONAB. Sociobiodiversidade Interação do Homem, Mercado e Natureza. **Compêndio de Estudos Conab/Companhia Nacional de Abastecimento**, v. 1, (2016-). Disponível também em: <https://www.conab.gov.br>.
- DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2000.
- DIEGUES, A. C. S. Sociobiodiversidade. In: FERRARO JUNIOR, L.A. (org.) **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005, p. 305-312.
- DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S.; SILVA, V. C.; FIGOLS, F. A.; ANDRADE, D. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: NUPAUB-USP, 2000.
- DINIZ, J. D. A. S.; CERDAN, C. Produtos da sociobiodiversidade e cadeias curtas: aproximação socioespacial para uma valorização cultural e econômica. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares e alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017, p. 259-280.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149p.
- GOMES, Neiva dos Santos. **Tempo Comunidade I**. Universidade Federal do Pará/Faculdade de Etnodiversidade – Curso de Licenciatura em Etnodesenvolvimento. Altamira. 2019.
- GOMES, Neiva dos Santos. **Tempo Comunidade II**. Universidade Federal do Pará/Faculdade de Etnodiversidade – Curso de Licenciatura em Etnodesenvolvimento. Altamira. 2020
- GUIMARÃES, M. S. S. **A história de um intelectual orgânico em defesa da educação na Amazônia: Manoel do Carmo e a Casa Familiar Rural de Gurupá – PA**. 2017. Dissertação (Programa de Pós Graduação, do Instituto de Ciência da Educação) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém, 2017.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal Cidades: censo demográfico 2021**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/gurupa>, acesso em 16/04/2023.
- IEB. Instituto Internacional de Educação do Brasil. **Regularização fundiária e manejo florestal comunitário na Amazônia: sistematização de uma experiência inovadora em**

Gurupá-PA / Instituto Internacional de Educação do Brasil, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. – Brasília: IEB. 2ª Edição – abril de 2011.

LIMA, Camila Vito Silva de, CARDOSO JUNIOR, Hamilton Matos, LUNAS, Divina Aparecida Leonel. Política de garantia de preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade (PGPM-Bio): potencialidades da intervenção estatal para a conservação ambiental em Goiás. **Guaju**, Matinhos, v.3, n.1, p. 37-65, jan./jun. 2017.

MACHADO, Altair Toledo. SANTILLI, Juliana. MAGALHÃES Rogerio. **A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico**: implicações conceituais e jurídicas. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 98 p. (texto para discussão /Embrapa. Secretaria de Gestão e Estratégia, ISSN 1677-5473; 34).

NOGUEIRA, J. M.; SALGADO, G.; NASCIMENTO JUNIOR, A. Plano de Negócios, unidades de conservação e diversidade biológica: lógica empresarial como alternativa de gestão ambiental? *In*: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE. Rio de Janeiro, 2005. **Anais [...]**, Rio de Janeiro: EBAPE/FGV, 2005.

NODA, Hiroshi. NODA, Sandra do Nascimento. Agricultura familiar tradicional e conservação da sócio-biodiversidade amazônica. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 4, N. 6, p. 55-66, Mar. 2003.

OLIVEIRA, Assis da Costa; PARENTE, Francilene de Aguiar; DOMINGUES, William César Lopes. Pedagogia da Alternância e(m) Etnodesenvolvimento: realidade e desafios. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 1545-1565, out./dez. 2017.

OLIVEIRA, Assis da Costa; BELTRÃO, Jane Felipe; RIBEIRO, Patrick Henrique. Etnodesenvolvimento: prática pedagógica na formação universitária de povos e comunidades tradicionais. **Revista Exitus**, V. 03, N. 02, jul./dez. 2013.

PARENTE, F. de A.; MILÉO, I. do S. de O. O Curso de Etnodesenvolvimento e a formação diferenciada e intercultural: contribuições no contexto educacional, sociopolítico e cultural da Amazônia. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, 2021.

RAMOS, Carlos Augusto Pantoja. **Manifesto para a última gente de verdade sobre o carbono**. Texto produzido em momento da Audiência Pública sobre o mercado de carbono convocado pelo Núcleo Agrário e Fundiário (NAF) do Ministério Público Estadual, datado para 24 de janeiro de 2023, na sede municipal de Portel.

RODRIGUES, Eliana Teles. Sociobiodiversidade e Diversidade Epistêmica: reflexões sobre a educação do campo no cenário atual do baixo Tocantins. **Revista Interdisciplinar Margens**, V. 10, n. 15, dez 2016, p. 42-52. Dossiê: Olhares campo o campo.

SILVA R. W. C., PAULA B. L. 2009. Causa do aquecimento global: antropogênica versus natural. **Terra e Didática**, 5(1):42-49 <<http://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/>> SOUZA, Leandro Ricarte Castro de; MILANEZ, Bruno. Conflitos Socioambientais, Ecologia Política e Justiça Ambiental: Contribuições para uma Análise Crítica. **Revista Perspectiva Geográfica-Marechal Cândido Rondon**, v. 11, n. 14, p. 2-12, jan.-jun., 2016.

TORRES, G. **Orgulho de ser Gurupaense**. Disponível em <<http://gilvandro-gilvandrotorres.blogspot.com.br/>> Aceso em março de 2023.

MACHADO, Altair Toledo. SANTILI, Juliana. MAGALHÃES, Rogério. **A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas** – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

WAGLEY, C. **Uma comunidade Amazônica: estudo do homem no trópico**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional Brasília INL, 1977.

WEINSTEIN, Barbara. Pará versus Amazonas. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 15(2):221-239, maio/ago. 1985.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens (org). **Desenvolvimento e conflitos ambientais: Um Novo Campo de Investigação**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p. 11-34.

## ANEXOS

### Anexo 1. Escola Estácio de Sá, barraco comunitário e capela de Santa Luzia



Fonte: Neiva Gomes

### Anexo 2. Área de roça de mandioca



Imagem (Neiva gomes)

### Anexo 3. Casa de Forno



#### Anexo 4. Forno elétrico



Imagem (Neiva Gomes)

#### Anexo 5. Tanque de peixe



Imagem (Neiva Gomes)

#### Anexo 6. Sitio Rei Arthur com variação de lavouras permanentes



Anexo 7. Sitio Rei Arthur, açai e outras espécies



Anexo 8. Sitio Rei Arthur com variação de lavouras permanentes, açai, pupunha e cupu



Imagem (Neiva Gomes)